

Avaliação Institucional da Extensão na PUC Minas

Área Temática de Avaliação Institucional da Extensão Universitária

Resumo

Considerando os atuais desafios enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil, o presente artigo pretende explicitar os princípios e a metodologia adotados pelo Programa Permanente de Avaliação Institucional da PUC Minas (PROPAV), enfocando especialmente a avaliação institucional da extensão universitária. O PROPAV pretende aferir a qualidade da prática educativa através da adoção de quatro parâmetros que, no entendimento de seus formuladores, estruturam e articulam o trabalho com o conhecimento: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a articulação teoria/prática; a interdisciplinaridade e a transversalidade; a formação humanista. Este Programa tem sido desenvolvido através da metodologia participativa, portanto, obra coletiva e fundamentada no princípio da educação como bem público; na participação democrática da comunidade acadêmica e da sociedade no processo avaliativo. A avaliação da extensão centra-se no Projeto Pedagógico dos cursos como instrumento adequado para se aferir a qualidade da prática educativa e nos programas/projetos desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão.

Autoras

Maria da Consolação Gomes de Castro - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas a Educação pela FAE/UFMG, Professora e Assessora da Pró-Reitoria de Extensão; Membro da Comissão Central de Avaliação Institucional da PUC Minas - COCENAI

Matilde de Souza - Doutora em Ciências Humanas, Professora; Membro da Comissão Central de Avaliação Institucional da PUC Minas - COCENAI

Instituição

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas

Palavras-chave: avaliação institucional; extensão universitária; processos de avaliação.

Introdução e objetivo

“A abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam-se em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.” (Boaventura de Souza Santos, *Pela mão de Alice*, p. 225)

A experiência de avaliação institucional que trazemos para reflexão encontra sua principal justificativa no desejo e na necessidade dos agentes em refletir sobre o seu fazer, a partir de objetivos propostos. Trata-se de um processo que tem como princípios norteadores o processo democrático, participativo e accountable, que sugere um sistema de mútua responsabilidade entre todos os que interagem para a realização do objetivo-fim da Instituição. Pretende-se, através do PROPAV, instituir um processo avaliativo que seja, ele mesmo, um recurso pedagógico, pois pretende-se um instrumento fundamental para o redirecionamento das atividades fins da Universidade. Assim, concebe-se a avaliação como obra coletiva, desde sua proposição até a discussão de prioridades quanto à implementação de

seus resultados, visando a correção de rumos ou adequação de procedimentos. Este é um dos princípios que tem orientado o Programa Permanente de Avaliação Institucional da PUC Minas (PROPAV).

Como bem lembra Dias Sobrinho (2000), a avaliação institucional vem adquirindo grande importância nas políticas universitárias. Muito embora se admita que a avaliação é mecanismo de regulação utilizado pelo Estado para controle da atividade educativa, também se compreende que ela pode ser rico espaço institucional de reflexão sobre a qualidade do trabalho com o conhecimento que se desenvolve na Universidade. Porém, para que essa reflexão se revele prática da liberdade acadêmica e não mecanismo de controle interno, o processo de avaliação deve ser participativo, democrático e educativo.

Breve contextualização da PUC Minas

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais tem hoje, aproximadamente, 43 mil alunos, distribuídos em 47 cursos de graduação oferecidos nos turnos matutino, vespertino e noturno; diversos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu; reúne quase 3000 professores e cerca de 1.300 funcionários. Essa comunidade acadêmica está distribuída em quatro campi, sendo um localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte e três em cidades do interior do estado - Arcos, Poços de Caldas e Serro. O Campus de Belo Horizonte se organiza em cinco Unidades sediadas nos Bairros Coração Eucarístico, Barreiro e São Gabriel e nas cidades de Betim e Contagem, que compõem a Região Metropolitana. Esses números fazem da PUC Minas uma das cinco maiores universidades brasileiras, o que tem exigido, inclusive, uma revisão nos seus estatutos, no sentido de adequá-los à nova realidade da instituição, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, aí envolvida a discussão da dimensão organizacional e da dimensão política que uma revisão desse tipo requer.

Dentre as preocupações de natureza qualitativa que esse processo faz emergir, compreende-se que a garantia da qualidade das atividades-fim da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) ocupa lugar de destaque. Ao lado dessa razão primordial, figuram as exigências da própria legislação e a necessidade expressa pela administração superior da Universidade de se produzir um processo de autoconhecimento desse novo perfil institucional, cujas mudanças precisavam ser mais bem conhecidas por parte dos responsáveis pela finalidade máxima da instituição, que é a formação de pessoas. Desse modo, e a partir de reflexão crítica quanto a processos anteriores de auto-avaliação, a PUC Minas lançou, em setembro de 2002, o PROPAV, objetivando produzir elementos para o autoconhecimento da Universidade por parte de todos que a integram.

A Avaliação Institucional na Puc Minas

Experiências anteriores de avaliação vivenciadas pela PUC Minas, sobretudo a avaliação realizada através do PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras) nos anos 90, expressam claramente a compreensão da Universidade quanto ao caráter político de todo processo avaliativo, muito embora a dimensão técnica não possa ser descartada, ou simplesmente desconsiderada como aspecto relevante. A primeira avaliação institucional, implementada pela Pró-reitoria de Graduação da Universidade, aconteceu no início dos anos 90 e produziu ressonâncias positivas, mas também gerou desconfortos, principalmente em decorrência da ainda pouco desenvolvida cultura de avaliação na Instituição.

Essas experiências permitiram evidenciar a importância de um instrumento avaliativo para a melhoria do desempenho acadêmico, a possibilidade de participação da comunidade na gestão universitária e a relevância de se informar adequadamente os atores da Instituição e o público externo a respeito de seus resultados. Finalizadas as etapas de avaliação do PAIUB, a PUC Minas desenvolveu uma outra metodologia, que inovava no sentido de se pensar a avaliação como ponto de partida para a proposição de adequações nos projetos pedagógicos dos cursos em relação às Diretrizes Curriculares e às novas exigências e desafios do ensino

superior. Havia, também, o propósito de se ampliar o diálogo interno quanto a prioridades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Acertos e equívocos decorreram dessas experiências. Observando seus resultados, pode-se admitir que, apesar dos sobressaltos iniciais, o saldo positivo é bem mais expressivo, principalmente pelo fato de a experiência ter produzido amadurecimento, ter contribuído para o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e ter produzido o início de um percurso rumo à constituição de uma cultura institucional na qual a avaliação pode ser compreendida como aspecto primordial do fazer acadêmico e prática imprescindível para a produção de políticas institucionais.

O PROPAV nasce como fruto dessas reflexões e pode ser considerado resultante desse aprendizado institucional. Como política de avaliação, o PROPAV buscou se ancorar nos ensinamentos anteriores, sustentar-se nos objetivos da própria Instituição, fundamentar-se numa percepção da prática educativa como exercício de liberdade e na formação de pessoas como o objetivo máximo daqueles atores que, independentemente do lugar que ocupam na hierarquia da Universidade, contribuem para a realização de seu objetivo fim. O PROPAV envolve alunos, professores, funcionários e gestores; engloba o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa, e a extensão, que se complementam para a formação integral do aluno, bem como as atividades de gestão.

A Avaliação Institucional da Extensão Universitária no contexto do PROPAV/PUC Minas

Considerando a avaliação como principal meio de reflexão e aperfeiçoamento de toda atividade humana que se realize, entende-se que em uma Instituição de Ensino Superior que se destina à formação profissional, a avaliação torna-se necessária em todas as dimensões a ela relacionadas e permite o desenvolvimento de mecanismos que propiciem que o processo se retroalimente.

Para pensar o processo de avaliação institucional da extensão universitária, necessário se faz entender o conceito de extensão que tem norteado os programas/projetos da Pró-Reitora de Extensão da PUC Minas. Conforme o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas em 1987, a extensão conceitua-se como: “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento”.

De acordo com Fórum, a extensão é uma das atividades fim da universidade que objetiva disseminar o conhecimento desenvolvido por ela além de se tornar também, um momento de captação e sistematização de conhecimentos produzidos pela sociedade e que se caracteriza por uma intervenção na mesma. Nesse processo interativo, a extensão busca não só atender às necessidades locais-regionais como também propiciar ao ensino e à pesquisa subsídios para a produção do conhecimento considerando os desafios e problemas da realidade. Assim sendo, o desejável, é que o ensino e a pesquisa estejam em consonância com as demandas e necessidades da sociedade, vinculando a prestação de serviços a uma filosofia de construção de sujeitos autônomos. Uma das formas de operacionalizar esta filosofia é propiciar ao acadêmico a possibilidade de vivenciar a relação ensino-aprendizagem a partir de relações interativas com os problemas advindos da sociedade. A matéria-prima oriunda desta relação precisa ser equacionada para além da sala de aula, mas também em seu interior, considerando-se o saber na sua construção inter, multi e transdisciplinar.

Em conformidade com as orientações fornecidas pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -, a extensão deve se pautar em valores educativos, observando-se sua integração com o ensino e a pesquisa buscando transferir o conhecimento e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento

regional e nacional. As políticas de extensão devem cumprir os preceitos estabelecidos pela missão da universidade, considerando a importância social de suas ações no desenvolvimento da ordem democrática e na promoção da cidadania. Ainda conforme o documento, é preciso que as ações de extensão mantenham uma articulação entre os setores público, o produtivo e o mercado de trabalho, contribuindo para que os alunos, desenvolvam no processo ensino-aprendizagem o espírito crítico próprio de uma formação cidadã. A extensão deve se submeter de forma contínua a um processo avaliativo, permitindo-lhe verificar a efetividade de suas ações.

As IES Comunitárias, através do ForExt – Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias -, o qual a PUC Minas integra, confirmam estas diretrizes e consideram que, para se formular um conceito de extensão, deve-se orientar por uma filosofia educacional, intrinsecamente, definida em sua missão e contemplada nos projetos político-pedagógicos dos cursos. A Carta Internacional dos Direitos Humanos é o documento orientador das ações destas universidades que, à luz de princípios cristãos, buscam promover a dignidade da vida.

A PUC Minas, como uma universidade que se define de natureza confessional, filantrópica e comunitária, tem envidado esforços no sentido de traçar estratégias políticas para cumprir os preceitos estabelecidos em sua missão. A história da instituição tem demonstrado sua sensibilidade em aceitar os desafios da interação ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de construir um projeto societário que busque de forma efetiva concretizar uma pauta de inclusão.

Hoje vivemos um momento de questionamento e redefinição da extensão universitária. Questionam-se o lugar da extensão na universidade e o tratamento secundário que lhe tem sido dado nacionalmente. Interroga-se, ainda, sobre como efetivar a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Um esforço nacional tem sido feito no sentido de reconhecer a extensão como uma atividade-fim da universidade, buscando-se superar seu entendimento como atividade-meio, desintegrada dos projetos pedagógicos dos cursos, por não ser contemplada nos currículos, nas disciplinas, na pesquisa e no estágio. A institucionalização da extensão na estrutura dos cursos apresenta-se, portanto, como desafio a ser assumido pela comunidade universitária, promovendo o diálogo entre as disciplinas e entre a cultura científica e a cultura humanística. Diante do exposto, acredita-se que a avaliação institucional da extensão pode ser um importante instrumento para a abertura e/ou ampliação de um diálogo que busque a concretização desse processo e enfrentamento dos desafios próprios das atividades de extensão no âmbito universitário.

A extensão universitária da PUC Minas atualmente se organiza através de seis linhas de atuação: Fortalecimento dos Programas da Saúde, Programa Sócio-comunitário, Programa Sócio-educativo, Programa Sócio-cultural, Programa Sócio-ambiental, e Programa Sócio-tecnológico. Por meio dessas linhas de atuação, pretende-se promover o diálogo entre universalidade e singularidade, preferencialmente de forma multi, inter e transdisciplinar, o que supõe intensa cooperação entre docentes e discentes de diferentes cursos e áreas do conhecimento, favorecendo o intercâmbio, a re-elaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e suas alternativas de transformação e o aprendizado da cidadania, base para a formação e auto-educação do ser humano.

A Metodologia de Avaliação Institucional da Extensão

A avaliação da extensão universitária está inserida na avaliação proposta pelo PROPAV e integrada com as demais áreas do trabalho acadêmico. Esta sendo gestada pela subcomissão de avaliação da extensão, órgão integrante da COCENAI, composta por cinco professores e tem como objetivos: abranger todas as ações da extensão desenvolvidas pela PUC; demonstrar, consolidar e contribuir para aprimorar a qualidade da produção acadêmica desenvolvida na extensão; identificar o perfil da extensão universitária na PUC Minas, nas

dimensões de política de gestão, programas e infra-estrutura; analisar comparativamente as mudanças ocorridas considerando o perfil da extensão universitária nas demais IES do Brasil e subsidiar o Programa Permanente de Avaliação Institucional e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional com informações para a elaboração e desenvolvimento de políticas de extensão. A subcomissão de avaliação da extensão tem como tarefa elaboração, aplicação e análise de instrumentos de coleta de dados em três modalidades: formulário para registro das informações sobre a base normativa proposta pelo PROPAV; quadro diagnóstico dos indicadores de infra-estrutura e política de gestão; questionários de avaliação da extensão na perspectiva dos gestores, coordenadores de programas e projetos, discentes e comunidades envolvidas nas ações de extensão.

As atividades de avaliação previstas pela subcomissão são as seguintes: a) Realização de um diagnóstico global da extensão - Mapeamento dos Programas/ Projetos/ Atividades; pessoas envolvidas; nº de beneficiados diretamente nos diversos projetos; nº de cursos e eventos promovidos; parcerias e dados sobre a Coordenação de Estágio Integrado; b) Auto-avaliação da política e práticas de extensão – Instrumento I, a ser aplicado ao Pró-Reitor de Extensão, Assessores, coordenadores de extensão dos campi, considerando as seguintes dimensões: dimensão I – Política de Gestão da Extensão, incluindo a Política de extensão na PUC Minas; a integração entre as ações de extensão, ensino e pesquisa; a concepção de extensão); dimensão II – Infra estrutura: recursos humanos e materiais, incluindo a Estrutura organizacional da extensão; o sistema de acompanhamento e avaliação; o financiamento da extensão e recursos materiais); dimensão III – Relação entre Universidade e sociedade; dimensão IV – Documentação, produção científica e divulgação.

É importante destacar que estes processos estão sendo elaborados pela Subcomissão de Avaliação Institucional da Extensão, para posterior discussão e aprimoramento na COCENAI e só serão implementados após aprovação pela mesma e pela Pró-Reitoria de Extensão.

Através da avaliação da graduação (docentes e discentes), realizada no ano de 2003, pode-se perceber que os acadêmicos em sua maioria (77,7%) responderam não conhecerem ou não participarem de projetos/atividades de extensão, apenas 6,8% afirmaram participar de projetos de extensão promovidos pela PUC Minas e a maioria considera que faltam estímulos e conhecimentos para se integrarem em projetos de extensão. Quanto aos docentes, percebe-se pelos dados coletados que menos de 20% dos professores utilizam atividades de extensão como recurso pedagógico e 21,4% participam ou coordenam atividades de extensão promovidas pela PROEX. Observa-se também que as atividades de extensão não são contempladas nos projetos pedagógicos dos cursos. No Censo da Extensão, realizado no segundo semestre de 2003, com os cursos da Unidade Coração Eucarístico (cerca de 40 cursos), ficou evidente o desconhecimento e as dificuldades em identificar a natureza extensionista de algum projeto ou atividade desenvolvida pelo cursos.

A maioria dos projetos de extensão hoje existentes na PUC é promovida ou demandada pela PROEX, a partir de demandas da sociedade. Está em pauta na PUC Minas, a discussão sobre o pouco estímulo até hoje dado à extensão universitária que não dispõe de orçamento próprio para o desenvolvimento de suas atividades, a não validação de créditos para participação em atividades de extensão e a dificuldade de se conseguir horas de dedicação para os professores que desejam desenvolver projetos de extensão. Boa parte dos projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento é custeada por Instituições Financiadoras ou por parcerias de cooperação mútua.

Após a implementação do PROPAV e o empenho das Pró-Reitorias de Graduação, Extensão e Pós-Graduação e Pesquisa, este quadro vem sendo alterado significativamente: a maioria das comissões internas da Universidade tem integrantes da PROEX, dentre elas merece destaque a comissão de análise de projetos políticos pedagógicos, coordenada pela

PROGRAD, na qual a PROEX tem uma representação que analisa e discute com a comissão de elaboração do PPP e com as demais Pró-Reitorias, as possibilidades e viabilidade de incorporar ações de extensão a partir do campo de atuação do profissional que se quer formar. O atual desafio da PROEX, da PROGRAD e da PROPPG, é discutir com os cursos a incorporação de ações da extensão nos projetos políticos pedagógicos, a partir da articulação ensino, pesquisa e extensão.

Conclusões

Acredita-se que a inclusão da extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação importante da Universidade constitui um avanço na medida em que propicia a valorização e institucionalização da extensão no cenário interno e externo à PUC Minas.

Esta proposta de avaliação da extensão tem como finalidade a definição e consolidação de uma Política de Extensão da PUC Minas e a construção de processos e metodologias que fortaleçam a extensão no interior dos cursos, através dos projetos políticos pedagógicos, e possibilitem o cumprimento da missão da Universidade juntamente com o ensino e a pesquisa, que visa a formação humanista, ou formação do sujeito em sentido lato, cuidando do desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania.

A dimensão pedagógica do PROPAV encontra-se no fato de que a avaliação do trabalho com o conhecimento se ancora na auto-reflexão dos agentes a respeito de suas atividades, tendo em vista as intenções que as regem; nas atividades de capacitação realizadas com diversos agentes; na abertura do diálogo institucional para a discussão da proposta e da metodologia da avaliação, momento no qual a dimensão pedagógica aparece imbricada com a participação democrática. A dimensão democrática envolve a abertura de possibilidade para que os agentes manifestem suas opiniões e participem, em diversos momentos, de atividades que visam produzir reflexões coletivas sobre a própria avaliação. O diálogo institucional tem sido estimulado através da realização de diversas reuniões nas várias Unidades e Campi da PUC, envolvendo alunos, professores e funcionários. Esse envolvimento tem garantido a observância da participação e engajamento desses atores no processo da avaliação. Segundo opiniões coletadas junto a professores, alunos e coordenadores de curso, o PROPAV revela o desejo, por parte da comunidade acadêmica, quanto a abertura de espaços plurais de diálogo interno, além de propiciador da avaliação como aspecto relevante da cultura institucional.

Espera-se que os resultados sejam divulgados e discutidos com a comunidade acadêmica e que esta possa participar quanto às futuras decisões a respeito das prioridades institucionais. “É possível perceber que, apesar dos obstáculos que poderão ser encontrados, como, por exemplo, garantir a permanência de um programa de avaliação e obter resultados satisfatórios na avaliação das diversas atividades-fim da PUC Minas, a política do PROPAV orienta-se pela troca permanente de experiências e de sugestões, de ajustes e adequações, para construir, conjuntamente, a Universidade que todos queremos (LEITE e ...2004)”.

A COCENAI e a subcomissão de avaliação institucional pretendem no segundo semestre de 2004, realizar a avaliação institucional da extensão universitária, o que com certeza contribuirá para a redefinição e refinamento dos projetos e atividades de extensão na PUC Minas. O processo, depois de validado pela COCENAI, será realizado envolvendo a gestão da PROEX, os coordenadores de extensão dos Campi/Unidades Acadêmicas, os coordenadores e demais membros (professores e acadêmicos) dos projetos/programas de extensão e a comunidade ou os atores sociais envolvidos nas ações de extensão universitária.

Referências bibliográficas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira. Comissão especial de avaliação, Brasília, setembro/2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior. Petrópolis: Vozes, 2000.

FORGRAD – Fórum de Pró-Reitores de Graduação. Do pessimismo da razão ao otimismo da vontade referências para a construção de projetos pedagógicos nas IES brasileiras. Curitiba, 1999.

FÓRUM Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. ANAIS do VIII Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária: “A gestão da extensão e da ação comunitária”, Recife, 2001.

_____. ANAIS do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária: A Gestão e a Avaliação da Extensão: um desafio para a comunidade acadêmica, Florianópolis, 2002.

LEITE, Eugênio; MARTINS, Maria Inês e SOUZA, Matilde. Programa Permanente de Avaliação Institucional da PUC Minas: Um Processo de Construção e Participação Coletivas. Artigo apresentado no Congresso de Educação. 2004.

PUC Minas. Programa permanente de avaliação institucional. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Graduação: PUC Minas, 2002.

PUC Minas. Projeto Pedagógico: construção e avaliação. Pró-Reitoria de Graduação: PUC Minas, 2002 a. Disponível em

http://www.pucminas.br/restrito/downloads/projeto_pedagogico_construcao_avaliacao.pdf

PUC Minas. A graduação da PUC Minas: reflexões para o estabelecimento de nova política acadêmico-administrativa/PROGRAD, Belo Horizonte, abril de 2002.

PUC Minas. Documento- base para discussão da Política de Extensão da PUC Minas. Novembro/2003.